

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

QUERELA INFORMACIONAL: O CASO DO QUADRO "LEI ÁUREA"

INFORMATIONAL WRANGLE: THE CASE OF THE PAINTING "LEI ÁUREA"

Elane Santos Gonçalves – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Rita de Cassia Maia da Silva – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Trata-se de um estudo de caso sobre o quadro “Lei Áurea”, de Miguel Navarro y Cañizares, na sala do Memorial da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia que foi objeto de um abaixo-assinado em protesto ao seu destaque e valorização no contexto expositivo. Tal documento foi gerado por um coletivo de discentes do Programa de Pós-Graduação da instituição atribuindo à sua forma de exposição um conteúdo racista e ofensivo. O objetivo deste estudo é avaliar como a disposição de representações artísticas em um circuito expográfico altera seu caráter informacional e pode criar interpretações diferenciadas. Neste momento, concentramo-nos em descrever o nosso objeto de estudo, apresentando o conteúdo da obra em seus aspectos iconográficos e formais, e as interpretações manifestas no abaixo-assinado e divulgadas em alguns veículos de comunicação. A metodologia deste trabalho consiste na realização de uma pesquisa exploratória conceitual com revisão bibliográfica para estabelecer as bases para aproximações temáticas sobre racismo institucional (Sodré, 2023), colonização e descolonização (Fanon, 2020) no intuito de fundamentar a elaboração e avaliação de hipóteses. Este é um caso exemplar que revela a necessidade de processos curatoriais museológicos alicerçados sobre uma perspectiva crítica e inclusiva, de modo a contribuir para a elaboração de discursos expográficos que considerem os espaços expositivos como um ambiente vivo para a interrelação de perspectivas advindas de diversos papéis, classes sociais e grupos étnico-raciais.

Palavras-chave: musealização; racismo institucional; curadoria; representação artística; museologia contemporânea.

Abstract: This is a case study on the painting "Golden Law", by Miguel Navarro y Cañizares, in the memory room of the School of Fine Arts of UFBA, which was undersigned for having given prominence to the work prepared by a group of students of the institution's Graduate Program, attributing to it a racist and offensive content. The objective of this study is to evaluate how the arrangement of artistic representations in an exhibition circuit alters its informational character and can create different interpretations of its content. At this point, we focus on presenting the content of the work in its iconographic and formal aspects and the interpretations generated by some media. The methodology of this work consists of carrying out conceptual exploratory research with a literature review to establish the basis for thematic approaches on institutional racism (Sodré, 2023), colonization and decolonization (Fanon, 2020) to support the evaluation of the hypotheses. That's an exemplary case to carry out how museological curatorial processes based on a critical and inclusive perspective contributes to the elaboration of expographic discourses that consider the presence and interrelationship in exhibition spaces, of various ethnic and racial groups and their perspectives.

Keywords: musealization; institutional racism; curatorship; artistic representation; contemporary museology.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua atuação, que remonta ao ano de 1877, a Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (EBA/UFBA) tem beneficiado milhares de jovens e adultos com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em sua trajetória reuniu uma coleção de obras de arte de cunho histórico que acompanha a evolução da instituição e atualmente constitui o acervo do Memorial Artístico e Histórico (MAH).

Sobre a importância do pintor valenciano Miguel Navarro y Cañizares (1913) para os estudos da arte no Brasil e, conseqüentemente, para a EBA se dá pelo fato do pintor ter estabelecido em Salvador as diretrizes de sistematização do ensino das artes, sobretudo ao se incumbir da implantação institucional do ensino do desenho e da pintura. Sua produção no Brasil, conforme a pesquisadora Viviane Rummler (2005), compreende 33 trabalhos em artes visuais, dentre estes, 21 pinturas sobre tela (1 natureza-morta, 2 alegorias, 4 de tema religioso e 14 retratos), 1 trabalho cenográfico (pano de boca), 2 desenhos e 3 restaurações, conforme referências em fontes bibliográficas.

Segundo Manoel R. Querino (1911), já em meados de 1877, Cañizares almejava e planejava a criação de uma instituição artística de nível superior, aos moldes das academias europeias, a qual viria a pôr em prática com o nome de Academia de Belas Artes da Bahia. O autor diz:

Aos Srs Miguel Navarro y Canyzares e outros, ex-professores de desenho do Lyceu de artes e Officios, foi dirigido em 10 de novembro findo (1877), o seguinte officio: Devolvendo o projecto de estatutos da Academia de Bellas-Artes, que Vms. pretendem fundar nesta cidade, declaro-lhes que, attendendo a que a idéa da instalação da mesma Academia é um acto de patriotismo e de interesse pelo progresso das artes nesta provincia, por Vms. praticado, o qual partindo da iniciativa individual merece por isso todo o apoio e protecção do governo, podem fazer a installação da referida Academia no edificio de que fez o governador aquisição para as escolas do curato da sé, e nelle funcionar até que se dê princípios ás obras que tem de ser executadas para adaptá-lo ao fim a que está destinado (Querino, 1911, p. 120).

E assim foi fundada, na data de 17 de dezembro de 1877, a Academia de Belas Artes. Em 1891, devido a Reforma de Ensino Secundário e Superior da República promovida por Benjamim Constant, a Academia de Belas Artes sofreu reformas no seu programa geral de estudos e passou a ser chamada Escola de Belas Artes (EBA), mudanças que Querino (1911) menciona terem ocorrido em 10 de janeiro de 1895 e, por fim, a Escola é incorporada à

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Universidade da Bahia em 1947, hoje sendo denominada Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

Anteriormente composto por uma elite predominantemente branca, o público discente da Escola de Belas Artes da UFBA vai se tornando mais diversificado, uma transformação que pode ser atribuída à aplicação da Lei nº 12.711/201 e à outras práticas de ampliação e democratização de acesso ao ensino superior. É este o contexto que, em outubro de 2023, ocorre um abaixo-assinado dirigido à Direção da Unidade, elaborado e divulgado por um coletivo de discentes do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/EBA), com o objetivo de solicitar a retirada do quadro “Lei Áurea”, do pintor espanhol Miguel Navarro y Cañizares, da sala de exposição “Juarez Paraíso” situada no prédio principal da Escola (conhecido como Casarão).

Subscrito por cerca de 550 pessoas, o documento argumenta que a pintura seria racista e representaria uma visão equivocada da abolição da escravatura, à medida que retrata a figura da Princesa Isabel como “salvadora”, ao mesmo tempo em que mostra uma representação da população negra numa posição de subserviência e reverência aos representantes da população branca (Figura 1).

A polêmica dividiu opiniões. De um lado, o grupo que elaborou o documento argumentava que a obra perpetua estereótipos negativos, podendo causar dor às comunidades afetadas. Como solução, a retirada do quadro de exibição pública seria uma forma de reparação social e uma manifestação do reconhecimento institucional sobre os efeitos violentos do racismo. Em outro grupo, há a defesa da obra pela sua importância para história institucional e cultural e sua remoção significaria um apagamento de aspectos importantes do passado.

Este episódio é um testemunho de que a disposição de representações artísticas, em uma exibição, tem o potencial para criar narrativas ideológicas que vão além do seu conteúdo. Carregados de “juízo de valor”, todo ato humano é comunicativo, e a maneira como os objetos são organizados altera significativamente seu conteúdo informacional. Haja vista os estudos sobre a assimilação de conteúdos informacionais possuem

[...] uma perspectiva agora mais socializante. isto ocorreu porque se percebeu que tanto os sistemas quanto os usuários estão inseridos em contextos históricos e sociais que influem de modo decisivo na definição de suas características. hoje, observa-se que a perspectiva de estudo é a de que este contexto desempenha papel tão importante quanto as estruturas cognitivas individuais ou as características

mecânicas e operacionais dos sistemas de informação (Martínez-Silveira; Oddone, 2007, p. 118).

É no avanço sobre estas questões que buscamos orientações conceituais da Museologia Contemporânea que podem desempenhar um papel importante para colocar em perspectiva aspectos teóricos e técnicos com o objetivo de produzir a articulação entre diversos campos de saber na busca por uma maior eficácia comunicativa, para a produção de conteúdos mais inclusivos e dialógicos, proporcionando trocas simbólicas positivas entre os diversos tipos de público em torno de objetos patrimonializados com abordagens que sejam mais adequadas àqueles que evocam temas controversos e sensíveis.

Levando em consideração a importância de categorias como colonialismo, desigualdade social, diversidade e racismo como pautas importantes na contemporaneidade, sabemos que processos curatoriais instrumentalizados teoricamente são essenciais para a produção de experiências de interpretação e contato com obras de arte que sejam, efetivamente, inspiradoras, positivas e inclusivas em espaços museológicos.

2 UM PERCURSO METODOLÓGICO

Com este estudo de caráter exploratório-conceitual, apresentamos os elementos essenciais para direcionar uma investigação que busca esclarecimentos sobre como a disposição de obras de arte e do patrimônio nos espaços expositivos podem afetar o seu conteúdo informacional e a compreensão/interpretação dos valores que elas expressam. Ainda em sua fase inicial, mapeamos os conceitos necessários para dar fundamento à compreensão deste evento. Adotamos, ainda, um enquadramento teórico-metodológico aberto, onde buscamos um entrecruzamento entre questões relativas às teorias raciais contemporâneas, estudos relativos à estética e à sensibilidade cultural e os avanços teóricos da Museologia contemporânea, de modo a construir um panorama teórico propício para a verificação da hipótese construída sobre como a disposição de obras de arte em narrativas expositivas influencia o seu conteúdo informacional e como as múltiplas perspectivas culturais fundadas em experiências de classe, raça e projeto identitário entram em conflito e se expressam nas ações dos envolvidos.

Neste contexto, o museólogo apareceria como um interlocutor-mediador a manipular simbolicamente este cenário, onde a disposição de obras de arte em narrativas expositivas fundamentadas contribuiria para o desdobramento positivo da construção/aquisição do seu

conteúdo informacional. Esta fase inicial fundamenta o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, onde questões técnicas serão fundamentadas por perspectivas de cunho sociocultural.

Este levantamento ou fundamentação teórica exploratória foi construído como uma revisão de literatura de caráter narrativo, uma opção necessária para construirmos reflexões advindas de obras consideradas mais relevantes sobre o tema.

Ressaltamos que a natureza da nossa pesquisa é qualitativa, focada no método dialético, considerando todos os aspectos (cenário, contexto, personagens) envolvidos no fenômeno estudado, suas relações e conexões, para compreender as vivências e percepções da comunidade da EBA sobre a construção/interpretação do discurso expográfico, investigando como as práticas museológicas contemporâneas podem promover a mediação entre acervos polêmicos e sensíveis e os mais diversos tipos de público (retirada a parte repetida na pág. 7). Ao final, a perspectiva dialética vai nos fornecer subsídios para obter

[...] as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade estudada, uma vez que estabelece que os fatos sociais não sejam entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 35).

Nos desdobramentos futuros desta investigação, trabalharemos para elencar as características do fenômeno estudado para identificar, descrever e interpretar as práticas de comunicação do patrimônio cultural e o impacto sociocultural das escolhas fundamentadas em critérios supostamente técnicos para a seleção, construção e apresentação de memórias.

3 DOS FATOS E DA OBRA AO NOSSO OBJETO DO ESTUDO

Nosso ponto de partida para esta análise é a obra "Lei Áurea" (Figura 1), criada por Miguel Navarro y Cañizares no final do século XIX, encomendada para celebrar a abolição da escravidão no Brasil. O quadro é um "estudo" feito para um concurso que seria finalizado e reproduzido em uma escala maior. No entanto, Cañizares não ganhou a premiação, ficando o estudo sob a guarda da Escola de Belas Artes, da qual foi fundador e diretor (1877-1882).

Ainda em sua fase inicial, este trabalho assume um caráter exploratório-conceitual voltado para mapear os conceitos necessários para dar fundamento à abordagem teórica a ser adotada e para a compreensão deste evento, implicando em questões técnicas para identificação dos elementos presentes no fenômeno. Desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica concebida a partir de materiais já publicados sobre racismo institucional,

colonização e “descolonização”, sensibilidade cultural, história da arte brasileira, museologia contemporânea e comunicação museológica. Seguimos, neste momento, com os resultados referentes à nossa revisão de literatura.

O levantamento ou fundamentação teórica exploratória construída como uma revisão de literatura de caráter narrativo, representa uma etapa necessária onde apresentamos reflexões advindas de obras consideradas mais relevantes sobre o tema. Haja vista que no processo de interpretação da realidade sabemos que

[...] o comportamento informacional, compreendido como processo natural do ser humano no papel de aprendiz da própria vida, requer visão ampla do pesquisador. Exige, ainda, o entendimento das relações estabelecidas em determinado espaço-tempo em que ocorrem ações de busca, uso e transferência de informação. Os indivíduos se engajam nessas ações quando têm necessidade de informação (Gasque; Costa, 2010, p. 31-32).

Com o decorrer das investigações, avançaremos para desenvolver uma pesquisa descritiva-explicativa que, ao expor as características do fenômeno estudado, pretende identificar, descrever e interpretar práticas comuns na comunicação do patrimônio cultural e através das tensões geradas no processo de seleção das memórias no contexto da diversidade do público da EBA/UFBA.

Figura 1 - Lei Áurea, Miguel Navarro y Cañizares. Óleo sobre tela, 66 x 56



Fonte: Souza (2023).

Na composição do quadro, a figura que representa a Princesa Isabel aparece como elemento principal, de pé, à frente de um trono vermelho ladeado por dois bustos sobre pedestal, um feminino e um masculino, provavelmente representando o imperador e a imperatriz, seus pais. Em posição centralizada e elevada, ela segura uma cruz na mão direita e um livro aberto na mão esquerda (representando o documento da Lei Áurea), tendo ao seu

lado esquerdo a figura de uma criança e de um homem (provavelmente seus filhos e marido). Sobre ela, em composição triangular, aparecem seres celestiais. No topo, um anjo e um idoso; um pouco abaixo e aos lados, dois anjos sustentam, em cada mão, coroas de louros sobre a cabeça da princesa, do busto masculino e de mais dois personagens masculinos que ladeiam a obra. São homens à esquerda da princesa, com trajes característicos de senadores e de militares; do outro lado, homens vestidos em trajes formais do período retratado. Abaixo e ao centro, aparecem três figuras femininas e uma criança de colo, todas de costas para o observador. A personagem à direita da princesa tem a pele negra e segura uma pena, erguendo-a para o alto em sua direção; a do centro tem pele branca e, com os braços abertos, sustenta à sua esquerda a figura anterior. A terceira figura, à esquerda da princesa, tem pele negra e sustenta uma criança negra de colo.

Podemos inferir que a composição é eloquente em reforçar a imagem da Princesa Isabel como Redentora, representante direta da divindade e da doutrina cristã, sendo a assinatura da Lei Áurea o cumprimento dos desígnios divinos por seus “campeões” laureados. A centralidade da família imperial confere a ideia de continuidade do poder que é sustentado/apoiado e reconhecido pelas figuras masculinas que ladeiam o quadro.

As figuras que ocupam o plano inferior, ajoelhadas em reconhecimento da autoridade e posição de súplica, aparecem em trajes simples e populares. Curioso notar que a representação das “figuras de poder” é masculina, ao lado da princesa está seu marido, ao passo que as figuras em posição de inferioridade são todas femininas, abrindo discussões sobre a necessidade de reforço à liderança exercida por uma mulher.

Considerando o contexto sociocultural no qual a obra foi criada, compreende-se que ela está carregada de símbolos e ideologias da época. A obra quer consolidar a Abolição da Escravatura como um ato de inspiração divina, feito sem conflitos, e a monarquia como única protagonista deste processo, apagando da história os movimentos de resistência negra, como os quilombos, as revoltas e a imprensa negra, no processo de mobilização pelo fim da escravidão.

É sobre esta pintura que o abaixo-assinado de 27 de outubro de 2023, diz:

No caso do Brasil, salvo as particularidades locais envolvendo a criação das Academias, estas não estiveram alheias à agenda dos interesses coloniais e escravagistas, contexto no qual o artista espanhol Miguel Navarro y Cañizares esteve diretamente implicado, sendo o fundador da Academia de Belas-Artes na cidade de Salvador, de cujo legado a Escola de Belas-Artes da Universidade Federal da Bahia parece se orgulhar sem fazer qualquer ressalva, quiçá algum esforço em direção a

uma reflexão crítica, especialmente sob a ótica da colonialidade, do racismo e, se quisermos do patriarcalismo (Representação discente PPGAV, 2023).

Da matéria da BBC News Brasil, intitulada “A campanha de alunos da Bahia para tirar pintura da Lei Áurea de exposição”, estão compilados alguns trechos que apresentam os argumentos de membros do movimento que justifica a retirada da obra:

A pintura nos faz pensar nas representações do corpo negro como subalterno aos brancos, nas distorções da história e na construção de narrativas tão difíceis de mudar na sociedade [...] Como mulher negra e primeira da família a fazer pós-graduação e frequentar ambientes de arte, é muito frustrante e violento entrar na universidade e ver um quadro com outras mulheres negras ajoelhadas diante da princesa Isabel (Aline Brune) [...] Por que escolher logo essa pintura para expor em um memorial dos fundadores da escola, inclusive em uma posição de destaque na galeria? [...] O abaixo-assinado se volta para o contexto de exibição e à postura esquivada da Escola de Belas Artes, que tergiversa em relação ao debate que precisa ser feito sobre essa imagem (Uriel Bezerra) [...] tratava “*Alegoria da Lei Áurea*” de forma laudatória e comemorativa [...] Como professora, entendo que não tem como mostrar a arte sem a educação sobre o racismo e projeto de pesquisa [...] Representações racistas não podem em hipótese alguma ser exibidas de forma apologética (Ana Luisa Ribeiro) (Machado, 2023).

Para Kleber Amancio, também citado na reportagem, a campanha contra a obra de Cañizares “reflete uma presença maior de estudantes negros, oriundos de medidas afirmativas como as cotas, em ambientes de arte e ensino historicamente frequentados apenas pela elite branca” (Machado, 2023).

Este episódio traz, pelo menos, três temas que se entrecruzam para que possamos compreender mais profundamente as implicações relativas à disposição e tratamento dos elementos informacionais para a compreensão de obras de arte em espaços de memória. São eles: racismo institucional, sensibilidade cultural e narrativa expográfica.

4 ENTRECruzamentos TEÓRICOS NA “LEITURA” DA “LEI ÁUREA”

Diante do fato que o abaixo-assinado reconhece o teor racista da obra “Lei Áurea” e questiona o posicionamento da Escola de Belas Artes sob a forma como ela é exibida, reconhecemos que o conceito de “Racismo Institucional” torna-se fundamental para avaliar as práticas, políticas e procedimentos que, consciente ou inconscientemente, mantém desigualdades e discriminações raciais. Segundo o sociólogo e jornalista Muniz Sodré, em seu livro “O racismo da cor: uma radiografia do racismo nacional” (2023), o que caracteriza o racismo institucional é a “forma social”, fundamentada nas ideologias sedimentadas no imaginário cotidiano de origem eugenista e antissemita, ao defender a seleção racial para o aperfeiçoamento humano pela branquitude. Esta “forma social” está na base de movimentos

políticos e filosóficos como o Fascismo Europeu, um pensamento que adentrou no Brasil de modo mais sistemático, influenciando intelectuais e políticos locais nas décadas de 1920 e 1930.

O autor fala que o racismo institucional advém de um legado sociocultural que sustenta a forma de organização social na família, Estado, religião, escola, economia, arte e cultura, colocando como modelo ideal os padrões associados aos grupos dominantes (brancos), em detrimento de grupos “racializados” (negros e mestiços, ou seja, a maioria da população). Este tipo de racismo também é caracterizado por um tipo de autonegação que impossibilita os sujeitos de perceberem as implicações discriminatórias e segregacionistas das suas ações, assimilando-as como uma conduta “adequada”, “normal” e “aceitável”.

Foi no livro *“Black Power: The Politics of Liberation”* (1967), que os autores Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton introduziram o conceito de “racismo institucional”. Ao analisarem a luta contra a segregação racial nos EUA, os autores reconhecem que o racismo envolve preceitos e práticas organizacionais que são profundamente enraizadas nas estruturas e instituições sociais, políticas e econômicas, perdurando desigualdades raciais de forma ordenada, silenciosa e sutil. E que, por este motivo, seria mais difícil de reconhecer e combater do que o racismo individual

O racismo é aberto e encoberto. Assume duas formas intimamente relacionadas: indivíduos brancos agindo contra indivíduos negros e atos da comunidade branca total contra a comunidade negra. Chamamos isso de racismo individual e racismo institucional (Carmichael; Hamilton, 1967, p. 4)¹.

Aprofundamo-nos, também, na obra do psiquiatra francês Frantz Fanon. No clássico *“Pele Negra, Máscaras Brancas”* (*Peau Noire, Masques Blancs*), de 1952, o autor examina como as instituições coloniais desenvolvem discursos para justificar a inferioridade racial dos colonos e como isto impacta na dimensão psicológica dos sujeitos colonizados. A abordagem de Fanon acabou abrindo caminho para estudos sobre sensibilidade cultural. Ele argumenta que o racismo tem efeitos devastadores na psique por desumanizar e alienar o colonizado de sua subjetividade, humanidade.

Na obra *“Os Condenados da Terra”* (*Les Damnés de la Terre*, 1961), Fanon explica o fenômeno da “descolonização” como um processo de luta física, transformações psicológicas,

¹ O racismo é aberto e encoberto. Assume duas formas intimamente relacionadas: brancos individuais agindo contra negros individuais e atos da comunidade branca total contra a comunidade negra. Chamamos isso de racismo individual e racismo institucional (Carmichael; Hamilton, 1967).

recuperação cultural e criação de uma nova era social, caracterizado muitas vezes pela violência, justificando que o colonialismo é violento ao usar o racismo para manter as hierarquias de poder. Advogando por uma “violência revolucionária”, o autor questiona a própria criação ideológica do Estado moderno. Para ele,

O Estado-nação não surgiria para superar a violência e torná-la um legítimo resquício da sua atuação, ele nasceu de práticas violentas e se manteve através da violência, da interdição operada nas colônias sobre os colonizados, que tem como *prima ratio* (e não *última ratio*) o controle, a punição e a expropriação de vidas matáveis (Fanon, 2022, p. 7-8).

Sobre o processo de descolonização, o autor diz:

A descolonização nunca passa despercebida, pois atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, recolhidos de modo quase grandioso pelos raios luminosos da História. Ela introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é indiscutivelmente uma criação de homens novos (Fanon, 2022, p. 29).

Para ele, se a colonização transformou o homem em um “não ser”, tirando sua humanidade, a descolonização deveria dar conta do processo de recuperar está humanidade negada pelo colonizador, transformando a ordem do mundo através de um programa de “desordem absoluta”. “A descolonização é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens” (Fanon, 2022, p. 28) – “novos homens”, diz ele, - nas variadas esferas da sociedade, especialmente na política e economia.

A ativista Ângela Davis, no livro “Mulheres, cultura e política” (2017), ao citar a fala do primeiro-ministro Maurice Bishop e a invasão de Granada pelos EUA, nos ajuda a compreender a extensão dos males da colonização:

Talvez o pior crime que o colonialismo cometeu em nosso país, que na verdade cometeu em todas as ex-colônias, seja o sistema educacional, isso porque aquele sistema era usado para ensinar ao nosso povo uma atitude de ódio de si mesmo, para fazê-lo abandonar nossa história, nossa cultura, nossos valores. Para fazê-lo aceitar os princípios da superioridade branca, destruir nossa confiança, reprimir nossa criatividade, perpetuar em nossa sociedade os privilégios e as diferenças de classe. Os senhores colonialistas perceberam bastante depressa que, se conseguissem que um povo subjugado pensasse como eles, esquecesse sua própria história e sua própria cultura [...], então eles já teriam concluído o trabalho de nos manter sob dominação e exploração perpétuas (Davis, 2017, p. 161).

Ainda falando sobre o processo colonialista, o autor Edward Said abre um debate sobre sensibilidade cultural no livro “Orientalismo” (1978), onde critica a forma como o Ocidente/colonizador constrói discursos e representações estereotipadas e distorcidas das culturas colonizadas. Para o autor, a sensibilidade cultural daria conta de suscitar práticas de reparação social que respeitem as diferentes narrativas e experiências dos grupos

historicamente marginalizados. Ela envolve o reconhecimento de que muitas representações artísticas de caráter histórico são construídas a partir de relações de poder e dominação. Por conseguinte, instituições e demais agentes socioculturais precisam estar atentos para apresentá-las livres de versões estereotipadas.

É neste ponto que fazemos recurso aos avanços teóricos da Museologia Contemporânea que reconhece e justifica a curadoria como um exercício crítico (e autocrítico) e uma prática inclusiva na busca de uma metodologia para articular diálogos e interpretações abertas e democráticas. Esta perspectiva busca fundamentação e modelos para a elaboração de discursos e práticas expográficas que proponham a avaliação, o questionamento e mesmo a reinterpretação de narrativas historicamente consolidadas sobre o patrimônio, agregando olhares imbuídos dos valores dos mais diversos grupos sociais, étnicos e raciais implicados na produção do patrimônio.

As exposições museológicas são a “vitrine” das instituições que objetivam preservar e comunicar o patrimônio. Obviamente, elas carregam o discurso ideológico dos grupos implicados na sua manutenção. Segundo a autora Marília Cury (2005) a exposição é a ferramenta ideológica, através da qual o museu e as demais instituições artísticas e culturais apresentam e afirmam para a sociedade a sua missão institucional.

Para a pesquisadora Jennifer Barrett (2012) os museus funcionam como plataformas para o diálogo social, onde o público assume um papel ativo na interpretação e na construção do significado das exposições. A autora argumenta que a curadoria capacitada vai além da mera apresentação de obras, buscando contextualizar vozes diversas, enriquecendo a experiência do visitante e refletindo a complexidade das questões sociais.

Miriam D. Leite (2016) defende que as instituições museológicas têm um importante papel na construção e consolidação da memória coletiva e na formação da identidade cultural. Para isso é crucial a inclusão de diversas vozes historicamente excluídas e marginalizadas, para enriquecer a compreensão das exposições.

Já Fábio S. C. de Carvalho (2020) explica que, ao abordar temas como desigualdade, violência e direitos humanos sobre a ótica dos grupos marginalizados, os museus não apenas educam, mas também instigam reflexões críticas nos visitantes, incentivando a construção de uma sociedade mais justa.

A leitura dos autores citados nos traz a compreensão de que as discussões sobre racismo, sensibilidade cultural e memória estão implicadas em qualquer tipo de interação com

obras de arte. Este fenômeno tornou-se evidente na resposta dada ao tratamento direcionado ao quadro “Lei Áurea” pela posição de destaque conferida à obra, priorizando como elemento para a sua comunicação o seu vínculo histórico-institucional e seu caráter técnico-artístico. Diante disso, a reivindicação para retirada do quadro "Lei Áurea" pode ser vista como um objeto de estudo de relevância para observar como o tratamento museológico dispensado a um objeto de arte pode ser um fator de reparação racial, ao incentivar uma reflexão crítica sobre as representações culturais e seu impacto nas relações raciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua fase inicial, esta pesquisa cria bases para uma investigação mais estruturada sobre o modo como a disposição de representações artísticas dentro de um circuito expográfico, reverberam e são o resultado de perspectivas ideológicas carregadas de “juízo de valor”, muitas vezes, perpetuando violências culturais. Este estudo de caso demonstra como a arte é capaz de suscitar experiências enlevo e encantamento, mas não está isenta de perpetuar valores atrelados a grupos de poder.

Neste contexto, a museologia contemporânea pode desempenhar um papel importante na tentativa de orientar condutas mais inclusivas e democráticas para o tratamento do patrimônio artístico relacionado a temas controversos, a exemplo de colonialismo, desigualdade social, racismo, xenofobia, sexismo, entre outros.

Avançaremos nesta investigação para sugerir princípios metodológicos adequados a uma curadoria crítica e inclusiva e a produção de discursos expográficos abertos ao questionamento e reinterpretação de narrativas históricas sobre o olhar dos diversos públicos.

É certo que a falta de reflexão crítica e de recursos técnicos de pessoal e de material afetam a contextualização dos discursos expográficos em museus, denuncia a urgência por políticas culturais e estratégias de gestão de espaços museológicos.

REFERÊNCIAS

BARRETT, Jennifer. **Museums and the Public Sphere**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012.

CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. **Black Power: The Politics of Liberation**. New York: Vintage Books, 1967.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

CARVALHO, Fábio S. C. **Museus e Ações Sociais: Caminhos para a Transformação**. Curitiba: Appris, 2020.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DAVIS, Angela. Estudos étnicos: significados globais. *In*: DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 157-164.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento, com colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 21-32, jan./abr., 2010, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652010000100002>.

LEITE, Miriam D. **Museus e Narrativas: A Construção do Conhecimento**. São Paulo: Senac, 2016.

MACHADO, Leandro. A campanha de alunos da Bahia para tirar pintura da Lei Áurea de exposição. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c162zl94y15o>. Acesso em: 06 set. 2024.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 36, n. 1, p. 118-127, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652007000200012>.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUERINO, Manoel Raymundo. **Artistas bahianos**. 2. ed. Salvador: Oficina da Empresa da Bahia, 1911. p. 101-120.

REPRESENTAÇÃO DISCENTE PPGAV. **Abaixo-assinado "Retirada da pintura Alegoria da Lei Áurea (1888) em exposição nas dependências da EBA/UFBA"**, 27 out. 2023. Disponível em: https://www.change.org/p/retirada-da-pintura-alegoria-da-lei-%C3%A1urea-1888-em-exposi%C3%A7%C3%A3o-nas-depend%C3%Aancias-da-eba-ufba?source_location=search. Acesso em: 06 set. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

SILVA, Viviane Rummiller. Miguel Navarro y Cañizares e a Academia de Belas Artes da Bahia: Relações Históricas e Obras. **Revista OHUN**, Salvador, Ano 2, n. 2, p. 219-261, out. 2005.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Elizabeth. Pesquisadores pedem retirada da pintura “Alegoria da Lei Áurea” da Escola de Belas Artes da UFBA. **Revista Afirmativa**, [S. l.], 6 nov. 2023. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/pesquisadores-pedem-retirada-da-pintura-alegoria-da-lei-aurea-da-escola-de-belas-artes-da-ufba/>.